



Interpelação Escrita

De acordo com os dados disponibilizados pela Polícia Judiciária, registaram-se, no ano passado, 607 casos de crimes informáticos, dos quais 410 foram casos de burla praticada por via da internet, representando uma descida de 9,3%. O novo tipo de crime, baseado no estabelecimento de “pseudo estações-base”, sofreu um aumento, passando de 1 caso em 2014 para 6 casos no ano passado. Como as formas de praticar este crime mudam constantemente, é difícil combatê-lo. Segundo informações de residentes, estes receberam muitas mensagens de lixo electrónico, incluindo informações sobre jogo ilegal na internet e até mensagens de burla, emitidas por “pseudo estações-base”, durante a sua passagem alfandegária através do posto fronteiriço das Portas do Cerco, o que põe em causa a comunicação normal de residentes e visitantes, para além de ter impacto negativo na imagem de Macau em geral. Pelo exposto, é necessário reforçar o combate ao crime de “pseudo estações-base”.

A par disso, detectou-se que alguns criminosos recorreram à instalação de dispositivos em caixas ATM em Macau, e até à introdução nelas de vírus informáticos para usurparem os dados pessoais dos utentes. Tais crimes resultam em muitos prejuízos para a sociedade.

A tecnologia informática muda num instante. A Lei de combate à criminalidade informática está em vigência desde 2009, há mais de seis anos. Nestes últimos anos, a tecnologia informática desenvolveu-se a ritmo



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

acelerado, o que facilita aos malfeitores cometerem crimes informáticos, dificultando, pelo contrário, a sua detecção por parte da polícia. Durante o debate das LAG/16, o Secretário para a Segurança, Wong Sio Chak, revelou que tinha a intenção de proceder à revisão da Lei de combate à criminalidade informática, para elevar o peso das consequências dos respectivos crimes.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Durante o debate das LAG/16, o Secretário para a Segurança, Wong Sio Chak, admitiu que uma parte das disposições da Lei de combate à criminalidade informática estava desactualizada e que ia proceder ao devido estudo no corrente ano. Quando é que a revisão desta lei pode ser acabada? O Governo dispõe de qualquer calendarização sobre o assunto?
2. Para dar resposta ao desenvolvimento acelerado da tecnologia informática e ao aumento dos novos tipos de crime, o Governo pretende recorrer à revisão da lei para elevar o peso das consequências dos crimes informáticos. Quanto ao reforço da execução da lei e da capacidade de detecção por parte dos serviços da linha de frente, de que planos e medidas concretas dispõe o Governo?

16 de Fevereiro de 2016

**A Deputada à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,
Kwan Tsui Hang**